



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

**ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ TÉCNICO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA DO
CONCIDADES**

DATA: 08/08/2012

LOCAL: Ministério das Cidades - SNTU- sala 602 A

HORÁRIO: DAS 9H ÀS 19H00

1. REPRESENTANTES: Aguinaldo Evangelista Sousa, Central dos Movimentos Populares; Aldemar Matias da Silva, Central de Movimentos Populares; Alex Barreto Santos, União Nacional de Moradia Popular; Antonio Carlos Damasceno, Confederação Nacional de Associações de Moradores; Daniel dos Santos, Confederação Nacional de Associações de Moradores; Donizete Fernandes de Oliveira, União Nacional por Moradia Popular; Eurico Divon Galhardi, Confederação Nacional dos Transportes; Getúlio Vargas de Moura Júnior, Confederação Nacional de Associações de Moradores; Irene Mergener Cunha, Secretaria das Relações Institucionais da Presidência da República; José Eduardo Ribeiro Copello, Governo do Estado da Bahia; José Geraldo Baião, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô; José Ronald Boueres Damasceno, Confederação Nacional de Municípios; Juarez Bispo Mateus, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte; Jurema da Silva Constâncio, União Nacional por Moradia Popular; Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Federação Nacional dos Engenheiros; Luis Carlos Bertolto, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transportes Urbano e Trânsito; Manuel Xavier Lemos Filho, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Marcos Bicalho dos Santos, Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos; Maria Arnete Borges, Mario Gonçalves Viana Junior, Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa; Mirce da Cunha Silva Machado, Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito; Nazareno Stanislau Afonso, Associação Nacional de Transportes Públicos; Nelson Saule Júnior, Instituto Polis; Paulo Rubens Nascimento Cohen, Central de Movimentos Populares; Ronald Dimas Nogueira Peereira, Governo do Estado do Tocantins; Sandra Mara Clave, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes; Valmir de Lemos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes; Victor Borges Veras, Associação de Pessoas com Deficiência de Limoeiro do Norte/CE; Wagner Fajardo Pereira, Federação Nacional dos Metroviários

2. CONVIDADOS: ASSESSORES, OUVINTES E PALESTRANTES CBTU, Francisco Colombo, CNTU; DENATRAN: Rita de Cássia Ferreira da Cunha; **TREMSURB, Ermamo Fagundes; IEMA, Renato Boareto;** IPHAN, Sandra B, Ribeiro; CNMC, Sérgio Luiz Perotto; MDT, Raphael Barros Dorneles;

Pauta

Informes Gerais

1. As 9h o Sr Secretário Júlio Eduardo dos Santos, entretanto não havia quorum, estavam presentes apenas o Conselheiro Bispo. Aguardou-se a segunda chamada para as 10h
2. Abertura em segunda chamada, às 10:03h, com a presença de 16 membros. Procedeu-se a uma rodada de apresentações e à aprovação da Ata da 32ª. Reunião e em seguida da aprovação da Ata da 33ª. Segue-se a apresentação da pauta e a proposta e modificações.
3. Nazareno Stanislau Afondo - solicita que se tenha informação sobre PAC/Copa o que é esclarecido que não é PAC, informações sobre as obras que estão sendo realizadas e que inclua-se nos informes, informações sobre o dia sem meu carro. **Incluir o monitoramento dos projetos do PAC.**
4. APRESENTAÇÃO DO DENATRAN E TRENSURB Rita Cunha, assessora técnica do Denatran, lotada na área de educação, que falara sobre o Plano de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década. A palestrante inicia com apresentação das estatísticas sobre trânsito, frisando o elevado numero de acidentes com adolescentes sendo a primeira causa. Os gastos com acidente somam 23 bilhões anuais (custos hospitalares, salário afastamento).Fala sobre as leis que criaram e dão competência ao órgão. 60 milhões de condutores. 35 milhões de multas anualmente. Não existe um projeto de lei seca a alteração do artigo nu,306 da lei 9503/97. A partir da alteração acontece o sucesso, após a CC assumir essa ação. Operações de caráter fiscalizador e a mobilização de cadeirantes em função de acidentes. As operações se iniciam a partir das 22h, com sinalização com cerca de 372 mil testes de bafômetro. Em votação, no senado projeto de lei que penaliza o condutor com qq teor alcoolico, alterando novamente o artigo 306 da lei. Plano Nacional para redução de acidentes. Nasce a partir da instituição da Década para Redução de acidentes da ONU. Projeto debatido por vários componentes de diversos segmentos social constituindo o Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito. A Base são as Mortes no Transito, onde se questiona se de fato são acidentes e não uma ação. 42 mil acidentes anuais. O Brasil aparece em 5º .lugar no índice de acidentes de trânsito. PARADA. O Q é: uma mobilização de agentes públicos e da sociedade para reduzir o número de acidentes nos trânsito. A estratégias são campanhas educativas publicitárias. O percentual de mortes diárias correspondem a um boing a cada dois dias. Este ano não só o álcool é o responsável, mas a alta velocidade no trânsito. Já se constatou a redução de acidentes nos grandes feriados nacionais. Paulo levanta a questão de ainda estar acima da redução de 2010. Plano Nacional para redução de Acidentes e Segurança Viária está elaborado e pronto para aprovação na CC. Deixa uma cópia de papel à disposição dos presentes.
5. Nazareno Stanislau Afonso – abre o debate dizendo que esse é um exemplo de desastre de política pública, não existe fiscalização severa, não tem uma política severa com a chacina das motos, não existem estatísticas confiáveis sobre acidentes. Estas mortes não são notícias nem sensibilizam. Uma nova reunião de comitê, pede aos membros que façam uma moção de desagravo da posição do governo quanto às chacina do trânsito. Não se fiscaliza dos

recurso, a exemplo do IPVA, são desviados pelo Governo Federal e Estados. O convênio de processamento de multas tomam grande parte dos recursos arrecadados. Não tem desculpa, justificativa do governo para essa paralisação. O Ministro das Cidades também ainda não pegou o tema.

6. Secretário Júlio Eduardo dos Santos - sugere uma reunião com o Coordenador do Denatran sobre o tema e traçarem as ações conjuntas
7. Juarez Bispo Mateus - quer que se registre as posições da CNM, pois, estamos longe de entender que trânsito é prioridade, se morrem 50 mil pessoas por ano, estão fazendo pouco. Faz quinze anos da aprovação do código de trânsito e o órgão ainda não foi reestruturado. Não dá pra combater a guerra do trânsito quando o órgão nacional não está estruturado. A apresentação traduz um dado equivocadamente de poupar 2.500 vidas, não é verdadeiro. Não tratam os dados adequadamente. Os números estão aí, e não interpretamos corretamente. Temos que cuidar disso, a inspeção veicular que não existe. O RS e RJ fez uma lei e o Denatran entrou contra. O Conama regulamentou a inspeção ambiental e o Denatran não. O Fundo já existe FUNCEF e o TCU não fiscaliza, cai tudo no fundo dos governos e agora querem criar outro pra que. Tornar prioritário.
8. Rita de Cássia Ferreira da Cunha - diz não haver divergência nas posições a não ser no fundo. Somos um departamento mas todos os funcionários são contratados um total de dois efetivos apenas na coordenação efetiva
9. Paulo Rubem Nascimento Coen – o governo ataca no IDH e nos temos que atacar onde tem de fato mais acidentes, nas regiões do país que mais se mata e não há política efetiva para redução. Se divulgarmos o mapa iria criar constrangimento aos gestores. Em Ananindeua/PA, os primeiros 5km da rodovia que corta a cidade são os mais perigosos. As campanhas mais gerais que são veiculadas na mídia conscientizam muito pouco. Tem que centrar em campanhas locais, ex a BR 316 é onde se mata, não a fiscalização, travessia pra pedestres, via para ciclistas, educação, só divulgar números vai continuar morrendo. Aí um barranco numa região tem notícia, naquele mesmo momento, dia houve acidentes e não foi divulgado. Tem que atacar esse problema por região. Como conselheiro queria os números para pautar minha região. Os Detrans são antros de corrupção. São máquinas de enriquecimento permanente, com carteiras, etc. Tem que atacar a raiz do problema e partir para ações. A morte entra no cotidiano das pessoas
10. Juarez Bispo Mateus - o país é conhecido pelas leis nacionais. Os Caminhoneiros por exemplo, houve uma greve recente pra revogar a lei existente, que regulamenta, determina horários, que faz o indivíduo pensar nos problemas. O outro foi o ano passado, os motoboys que o governo recuou. A alegação do sindicato é que lá tem 200 mil e lá só 4.000 foram capacitados. Nos temos que entrar nisso. Tem duas leis pensadas na questão da acidentalidade e agora querem que sejam revistas. A outra é que se os Detrans são assim, significa que as auto-escolas não capacitam ninguém e não fiscalizam. Tem que chamar todos os Detrans e fazer uma ação efetiva disso. 90% das cidades não tem secretaria de transporte. Se não tivermos uma ação efetiva nas cidades para se prepararem para não serem o caos das grandes cidades
11. Wagner Fajardo Pereira - Essa discussão é recorrente mas aqui no Comitê é a primeira vez que a fazemos de forma efetiva. Nos não conseguimos trazer o Denatran pra cá até agora. Tem umas leis que o poder público não viabiliza sua implantação. Ao caminhoneiros falam que não tem segurança nas estradas e o poder público não assegura condições para efetivar a lei, como a inexistência de paradas seguras e adequadas. O mesmo ocorre com os motoqueiros. A prefeitura, o governo não possibilitaram a realização de fazer curso exigido. A molecada que morre é pai de família, não é possível SP continuar assim, não tem controle de velocidade, a via é 60km e o motoqueiro passa a 90km por hora, entre dois carros. Quando falamos de Governo Federal, que é o maior incentivador de veículo, incentiva a

industria automobilística que não cria emprego coisa nenhuma. É um absurdo a isenção de IPI, isso só piora a situação das cidades. Tem um plano de uma década que começou em 2011 e até agora não foi aprovado. Proponho que o Nazareno redija uma resolução quanto a isso, uma ação prática com todos os dados e conversarmos com os segmentos e solicite, frente a gravidade uma audiência com a Casa Civil/PR, com Gilberto Carvalho para falar sobre isso. Não estamos falando de uma catástrofe qualquer, mas a queda de um boing a cada dois dias,. Temos que sensibilizar a nos mesmos. Os recursos estão contingenciados, se libera recursos para prevenção de acidentes. Fazer uma resolução pra cobrar da Casa Civil a aprovação do Plano e outra que a gente cobre o contingenciamento para segurança no trânsito.

12. Paulo Rubem Nascimento Cohen - Temos uma mesa permanente de negociação sobre Colocar na Pauta do movimento CNP, CONAM, O Gilberto disse que tem dado muito pouco importância para as políticas públicas até agora
13. Nazareno Stanislau Afonso - a proposta do Paulo é importante porque não colocamos até agora como item a questão do trânsito. Os trabalhadores colocarem isso é bom. O automóvel é responsável por 85% dos acidentes de trânsito no Brasil.
14. Secretário Julio Eduardo dos Santos - Apresenta o Sr. Francisco Colombo presidente da CBTU.
15. Wagner Fajardo Pereira - este Comitê deve pedir uma audiência para tratarmos disso, que os movimentos façam tudo bem.
16. Getúlio Vargas de Moura Junior - A gente hoje tem a política nacional de mobilidade e o desafio é chamar a sociedade para construir isso. Racionalizar o uso. Construir na cidade uma outra mentalidade, usar o automóvel no final de semana.
17. Secretário Júlio Eduardo dos Santos. Com relação aos incentivos é uma responsabilidade grande, quando o governo fez isso deve ter uma grande justificativa. Quando fez isso deve ter os motivos. Temos que discutir não a propriedade e sim o uso do bem. Na Europa tem países que tem mais veículos mas não tem os nossos problemas. É o uso do bem. Na Alemanha tem mais carro e menos acidente, pois tem fiscalização.
18. Getúlio Vargas de Moura Junior - o momento de discutir a mobilidade é o momento de também discutir o trânsito e o debate tem que ser feito dialogando. É impossível fazer o debate da violência no trânsito sem discutir a mobilidade. Se o transporte é caro o trabalhador vai ficar por onde trabalha. No momento em que a presidência colocar como prioridade esses planos vai resolver grandes problemas. A gente quer fazer um debate fraterno, como vamos ajudá-la a fazer esse processo. Não dá pra discutir o plano de trânsito sem discutir a mobilidade. Uma equipe para pensar mobilidade e outra para o trânsito não é correto. Essas pessoas que morrem no trânsito são os trabalhadores, estudantes, nossos avós. Não podemos discutir essas coisas separadamente. Outra pergunta é como o Denatran vai pensar isso e não só pensar no carro? Fazer propaganda com uma família andando de bicicleta. Hoje a gente forma pilotos e não cidadãos. Temos que pensar no contexto humano da aprendizagem e desenvolver o sentido de preservação da vida no trânsito.
19. Nelson Saule Junior - A gente tem responsabilidade, temos que pensar nos seminários em novembro como um pólo de mobilização e o próprio material a ser feito deve ter um tópico com as medidas essenciais para se combater a violência no trânsito. Aproveitar o material e o evento. Vincular nas conferências os temas. As próprias conferências tinham que ter espaço para discutir as políticas.
20. Valmir de Lemos - esse debate pra gente da CNTT é muito importante, ter melhor

informação pra essas coisas. Não sei se a lei é nacional, mas no RJ é comum ter uma batidinha deve e desfazer a cena logo e se o carro ta irregular. O DETRAN no rio não funciona, uma amiga foi no trocar a placa e não tinha lacre. Essa política tem que ser melhor debatida. O RJ não tem transporte de massa que funcione, tem debater. Sem transporte como se faz? OGF tem que debater isso de maneira séria.

21. Irene Cunha. SRI/PR - quero chamar atenção que a tramitação do plano tem ações de médio e longo prazo, mas o que se pode fazer antes da aprovação. O Paulo cunha falou do regional. Essa ação 21, eleger uma ação pra uma campanha prioritária de prevenção de acidentes de transito. Eleger 5 pontos críticos onde mais acontecem acidentes, de forma integrada com a sociedade civil. O que dá pra fazer enquanto o Denatran nao é uma autarquia, enquanto o plano não é aprovado? Meu gancho é o que se pode fazer enquanto as coisas não tramitam. Fazer uma ação coordenada, preventiva, com a sociedade, o que não invalidada a aprovação do plano.
22. Laerte Conceição Mathias de Oliveira - Quero resgatar a questão do FUNCET, já tiramos uma resolução pedindo o descontingenciamento do fundo. Não sei como ela parou em que PE esta. Talvez já encampar o descontingenciamento e criação de um conselho gestor e debater com a sociedade. Os seminários nacionais como o Nelson falou, devemos colocar o tema como um dos itens. Há um mês estava numa rodovia, onde transitam caminhões e uma estrada sem condições de tráfego. O problema de manutenção das estradas é grave e gera acidentes. Outra são os motociclistas, temos que fazer algo que com razão é um problema para o aumento dos índices.
23. ? O Denatran hj já trabalha no limite, os recursos hoje são para pagar os sistemas, RENAVAL, renat, etc. Não temos recursos para fazer o mínimo. Temos problemas com infra-estrutura e pessoal. As pessoas confundem muito o transporte com o trânsito. É hora dessas políticas começarem a conversar, ainda não vi isso acontecer aqui no MC. Não existe ligação entre o Denatran e as Cidades, eles colocam no trânsito quem querem.
24. Wagner Fajardo Pereira - SP não tem uma secretaria de transito.
25. Secretario Júlio Eduardo dos Santos - Colocar o tema no Fórum, é pertinente fazer a resolução e colocar o tema nos seminários. Vamos colocar em votação.
26. Nazareno Stanislaw Afonso - tem a proposta do Wagner pra gente se posicionar quanto a demora de aprovação do plano
27. Wganer Fajardo Pereira - Duas resoluções, cobrando a aprovação do plano e a outra o contingenciamento do Fundo, conselho gestor.
28. Nazareno Stanislaw Afonso Tem a outra proposta de algo emergencial, proposto pelo Paulo. A outra proposta é ter um grupo para monitorar o plano. Levando essas idéias de um plano de curto prazo, o governo tem que se posicionar e dizer em 2013 vai fazer isso, aquilo, 2014 isso e assim monitorar. Tem que ter uma ação pesadas nos Detrans. Falamos em dois bi não é nada, são 8 bilhões que são utilizados. Temos uma grande fabrica de impunidade. O governo tem que fazer o seguinte a partir de agora o TCU vai fiscalizar a aplicação dos recursos das multas.
29. Valmir de Lemos, Índio. Nessa questão das multas é que se põe pessoas sem condições pra dirigir
30. Secretario Júlio Eduardo dos Santos. Estamos esperando uma reunião com os ministros das cidades sede da copa. Proponho e sei que o Júlio Arcoverde concordaria fazer uma reunião especifica com o Denatran sobre as funções do órgão ou fazermos uma pauta menor e sentarmos com Julio Arcoverde para fazermos uma discussão e tomarmos essas ações.

31. Nelson Saule Juíno - Eu estou de acordo, uma coisa é uma iniciativa do Denatran o outro é tornar público nossa insatisfação, com a resolução. Na próxima reunião do Conselho apresentamos as resoluções.
32. Wagner Fajardo Pereira - O objetivo nosso são dois nossa conversa com o Gilberto Carvalho, o engavetamento do plano e o descontingenciamento do fundo. Tratar os temas de forma distinta.
33. Paulo Rubem Nascimento Cohen - É possível ter de 8h as 9h essa conversa com o presidente do Denatran, pois temos logo em seguida a apresentação do Plenário.
34. Getúlio Vargas de Moura Júnior - e proponho que seja amanhã à tarde.
35. Secretário Julio Eduardo dos Santos - Comecei um processo de visita as cidades sede, amanhã estou em natal, depois em POA e Cuiabá.
36. Getúlio Vargas de Moura Júnior - diz querer acompanhar o Secretário da SeMOB em sua visita a POA.
37. Juarez Bispo Mateus - nos próximos 30 dias é a organização do dia sem meu carro e termos o encaminhamento da reunião com o Gilberto Carvalho.
38. Wagner Fajardo Pereira. Alguém deve acompanhar o Secretário nessa articulação, Assim o Nazareno e o Paulo devem fazer isso, de articular com o Movimento.
39. Encaminhamentos: Redação das Resoluções Nazareno e Getúlio.

Resgatar resolução que solicita ao Denatran, trensurb e CBTU que estejam presentes às reuniões do Comitê.

Resgatar resolução sobre conselho Gestor e descontingenciamento do FUNCET

Durante a reunião foi confirmada reunião às 18h com o Presidente do Denatran.

40. Luis Carlos Bertolto - O Rio Grande do Sul esta passando por transformações na administração das estradas, existem 3 que já são pedagiadas. O governo criou uma empresa para administrar isso e fazer toda a parte do controle seguindo um modelo de conservação, manutenção e controle. O Governador me convidou para ser o presidente dessa empresa nova. É um desafio pois nunca trabalhei com rodovia. Pode ser que esta seja a minha última reunião
41. Nelson Saule Junior – fala sobre projeto da ONG Polis com a prefeitura de São Gonçalo como modelo e distribui folheto de divulgação do projeto que o Polis em parceria com a Petrobras. Informa que um dos temas é a mobilidade e que no site tem tudo
42. Paulo Rubem Nascimento Cohen - Informa que Ligou para o Maurício de PR, pediu pra ter uma agenda do Gilberto Carvalho e que o mesmo pediu pra mandarmos um e-mail com os pontos e o que queremos tratar. Solicita que o grupo dê um indicativo de data.
43. Secretario Júlio Eduardo dos Santos - assim que tivermos as resoluções prontas mandamos,
44. Getúlio Vargas de Moura Júnior - temos que debater duas coisas o plano e a política nacional de mobilidade. Queremos mais que o contingenciamento, e ele ter a questão da política urbana, da mobilidade, do transito uma prioridade, Temos que abrir uma mesa de negociação para a questão da mobilidade e do trânsito. Se pretendemos a partir do ano que

vem divulgar a política de mobilidade urbana, termos o apoio e o compromisso.

45. Vagner Fajardo Pereira - o Conselho, como instituição já tem um canal de discussão. A nossa pauta com a PR é o descontingenciamento e o plano. Tenho dúvidas se o Comitê tem que ter uma pauta aberta com a PR. Pra que discutimos aqui sim, se for na lógica do Getúlio devemos sim ter uma discussão mais óbvia.
46. Luis Carlos Bertolto É importante as entidades conseguirem uma reunião com o Gilberto, mas no final da tarde devemos decidir isso.

Tarde

A reunião é dirigida pelo Coordenador designado pelo Secretário da Semob, Sr. Ricardo Caiado

47. Laerte Conceição Mathias de Oliveira - apresenta a proposta dos seminários sobre a Lei da Mobilidade
48. Wagner Fajardo Pereira questiona porque Fortaleza e Porto Velho, se não são pólos
49. Ricardo diz que Fortaleza por ter o Presidente do Fórum de Secretários como secretário Municipal
50. Mirce da Cunha Silva Machado – Estas cidades ficaram acertadas na nossa última reunião
51. Paulo Rubem Nascimento Cohen - discorda dessa postura de capital pólo, diz que é bom que se envolva outros locais, setores, atores. Se houver necessidade de mudar que se faça a mudança e que se assuma no coletivo a mudança.
52. Wagner Fajardo Pereira - O fato de ter um secretário de uma determinada organização numa cidade não assegura necessariamente a realização do evento nela. Não se tem como dizer que algo realizado em São Paulo não irradie para outros locais. Se falarmos com Eduardo Campos ele com certeza irá aceitar.
53. Laerte Conceição Mathias de Oliveira - Quero lembrar quando debatemos aqui para fazermos a devolutiva dos seminários anteriores
54. Getúlio Vargas de Moura Júnior - O que queremos é divulgar a lei, eu acredito que se queremos irradiar o debate não acho que Porto Velho seja melhor lugar, mas se garantimos a participação de outros estados no debate está bom. Tem simbolismo diferente fazer na Câmara de Mobilidade, pelo Conselho das Cidades. O que interessa é que a política de mobilidade seja apropriada por todos os estados.
55. José Geraldo Baião - Até 2007 tínhamos 8 cidades no ranking da ONU como as 100 maiores cidades, Curitiba e Fortaleza já saíram dessa posição. Se esse for um critério é muito mais forte, são os municípios acima de 100 mil habitantes o foco da lei. Não tenho nada contra Porto Velho.
56. Getúlio Vargas de Moura Júnior - o ideal seria fazermos 7 seminários, sendo 2 no nordeste e dois no norte.
57. Luis Carlos Bertolto - quando decidimos fazer os seminários não tinha dinheiro, gente, nada, as cidades se propuseram. Não podemos deixar de respeitar aquilo que as pessoas se comprometeram. Voto nesses lugares por achar que não se deve fazer as coisas nos mesmos lugares sempre.

58. Ricardo Caiado - Para o ano que vem debatemos o lugar que vai ter mais irradiação, mas nas condições atuais o ótimo é inimigo do bom.
59. Getúlio Vargas de Moura Júnior - Porto Velho é consenso, mas aqui tem alguém que assegure outro lugar que não seja Fortaleza.
60. Mirce da Cunha Silva Machado - A escolha de Fortaleza foi por causa da Arnete, conselheira que se articulou com a prefeitura de Fortaleza e o Estado.
61. Ricardo Caiado - Na última reunião ficou acertado que haveria uma articulação para conseguir mandar as pessoas do local, da região.
62. Paulo. Gostaria de lembrar que na nossa conversa não iriam todos os conselheiros, mas que o MCidades bancaria os conselheiros da região, para que pudessem participar. Fizemos um levantamento quantos conselheiros por região.
63. Getúlio Vargas de Moura Júnior - me lembro que no debate, o Ministério das Cidades mandaria os técnicos e os conselheiros, entretanto se notarmos que alguma região está mais fragilizada, fazemos um reforço mandando o Nazareno, o Fajardo.
64. Ricardo Caiado - Querem fazer um encaminhamento para verificarmos as possibilidades do pagamento de passagens aos conselheiros.? Faça uma consulta à secretaria do Conselho junto a NTU para garantir ônibus do pessoal local.
65. Daniel dos Santos - temos que garantir a participação dos conselheiros e de no mínimo 40 pessoas.
66. Aguinaldo Evangelista Sousa - o governo do Estado tem que garantir a participação dos participantes locais e da região.
67. Daniel dos Santos - nos em Minas queremos chamar os representantes do Estado antes para uma reunião, trabalhar o pessoal antes, para assegurarmos um seminário de qualidade.
68. Ricardo Caiado - Como fazemos?
69. Aguinaldo Evangelista Souza - como vai inserir mais um seminário se as datas são muito próximos;
70. Valmir de Lemos Índio - Teve um grupo que já trabalhou, já propôs e ano que vem terão outros.
71. Laerte Conceição Mathias de Oliveira – Quero observar uma coisa da programação, dos locais. Em São Paulo por exemplo, devemos levar o Ricardo Mendanha pra falar de sua região. Em cada estado quem a gente colocaria agregando? O Nelson propôs colocarmos o trabalho que esta sendo feito no litoral. Como vamos fazer pra fechar os anais, uma carta, um relatório? Quem vamos chamar o Ministério Público?. Já saímos daqui com um encontro do pessoal de SP
72. Renadto Boareto. Se apresenta como visitante a representante do IEMA No instituto temos pontos fundamentais pra gente ter como proposta. Um aspecto é a auto aplicação da lei, ela traz diretrizes políticas claras, dois instrumentos. Os planos de mobilidade e o corte ambiental. Olhar um pouco o planejamento da mobilidade, não deve ser confundido com plano de solução de problemas de transito. Pois gera um conjunto de obras que fica distante

de se apropriar. O caráter mágico que tendo plano estão com problemas resolvidos. Um plano só é transformador se tiver propostas para redução de acidentes de trânsito e redução de impactos ambientais. Dar prioridade efetiva de transporte coletivo. BRT, VLT qual, desestimular o uso do transporte individual. Essas mensagens durante o seminário já devem ser apontadas. Discutir o papel da calçada, da ciclovia das vias públicas é um desafio que se trás.

73. ? Se olhar para a regionalização isso ficou para a parte da tarde, quando traríamos a experiência de cada estado, será que item.
74. Ricardo Caiado – devemos ir analisando item a item. Teremos a participação da Semob e dos conselheiros regionais e dos participantes da região. Que os organizadores de cada região façam suas listas de convidados que o Ministério das Cidades faz os convites.
75. ? Quanto ao item 5. público alvo. A CNM tem seus associados, como será a mobilização para convidar, o MC, a Confederação.
76. Getúlio Vargas de Moura Junior – Temos que convidar os conselhos municipais, estaduais, entidades de classe, Ministério Público
77. Sérgio Peroto. A confederação quer ajudar a fazer os convites aos prefeitos
78. Ricardo Caiado - o Secretário conversou com o presidente da Caixa, portanto, existe a possibilidade que em qualquer dessas regiões a gente possa ter um auditório da CEF.
79. Nazareno Stanislau Afonso - em Goiânia conversei com o pessoal da CMTC e da secretaria, eles acham bom chamar o pessoal da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Falei com Grafite, Paulo e Antenor e eles deram a idéia de chamar os regionais da SRI/PR.
80. Getúlio Vargas de Moura Júnior - Tem a proposta de Ser nas Assembléias Legislativas
81. ? em o compromisso do Ministério das Cidades de elaborar a cartilha que será feita pelo João.
82. Nelson Saule Júnior - Nesse material a ser produzido deve ter uma proposta de ser mais coletivo. Fazer um cronograma pra fechar o sumário os conteúdos e qual o entendimento, pois não é resumir, mas qual o entendimento do Comitê sobre a Lei. Temos que pensar num cronograma.
83. Ricardo Caiado - temos praticamente dois meses, tem um departamento pra cuidar disso e uma demanda.
84. Nelson Saule Júnior - pois então, dentro desse período pode ter a nossa participação na elaboração do sumário, que deve ter os principais temas, depois quais os principais conteúdos e por fim qual a interpretação, pois tem uns itens políticos, a equipe faz a sistematização repassa ao Comitê e ele devolve.
85. Nazareno Stanislau Afonso - Faz a minuta, nos fazemos as proposta.
86. Sergio Perotto . a aplicação não deve ser vinculada ao recebimento de recurso, tem que ter na prática o que vai ajudar na prática a vida no município.
87. Ricardo Caiado - o Secretário fez um contato com a Caixa ára ajudar. A cartilha deve agora passar os direitos, a obrigações, o que a população ganha, tem de direito e mostrar o que se ganha com o plano o que o Boareto mostrou é que agora a lei é clara, p.ex se ele só

apresenta um projeto de viaduto não é analisável.

88. Sergio Perotto - Estamos falando de um projeto que temos dois anos para implantar. Corremos o risco das empresas pegarem e fazerem os planos e não vingar como foi feito com os planos diretores.
89. Ricardo Caiado - O primeiro momento é de sensibilização, explicar que a lei é autoaplicável, depois falar dos direitos.
90. Nazareno Stanislau Afonso - a lei entrou em vigor dia 12 de abril e até agora não ouvimos nada. Vamos dizer que existe a lei, vai melhorar nisso. Não deveríamos passar o ano sem fazer nada, Podemos dizer que quem quiser fazer seus planos de mobilidade podem como Belo Horizonte e Maceió.
91. ? sobre o que o Nazareno fala, nos vamos estimular que os municípios, que cada um faça o seu plano ou que converse com os vizinhos, vamos dizer que o plano diretor não tem nada a ver com isso, ou vamos estimular pra integrar. Essas recomendações devem constar. O plano tem que estar pronto daqui a 3 anos, então vamos estimular
92. Laerte Conceição Mathias de Oliveira - A Caixa vai nos ajudar com material pra o seminário? Produzir bolsa, publicar os textos?. Quem é conselheiro e esta nos seminários nacionais e vai organizar não necessariamente vai participar neste momento, como o Indio, é do rio, mas vamos realizar em São Paulo.
93. Ricardo Caiado – vamos seguir a leitura do item 10, a programação.
94. Getúlio Vargas de Oliveira Júnior - quando vamos integrar o Denatram? O que há de pior num evento é que os cabeçudos chegam de manhã falam, vão embora e na hora de ouvir não estão por lá. Que não venham só as pessoas pra falar de manhã. Que não seja um seminário apenas de forma ortodoxa. Temos que direcionar as inscrições pois em algumas regiões pode ficar impossível. Devemos traçar as diretrizes para fazermos um seminário de formatação igual para todo o país. Primeiro debate para o trânsito e elaboração dos planos locais de mobilidade urbana. O primeiro debate sobre o trânsito e também mobilidade, não só violência. Devemos integrar as políticas e não segregarmos a mobilidade.
95. Nazareno Stanislau Afonso - Concordo com o Getúlio, só invertendo a ordem do Denatran.
96. Renato Boareto - Tem que ter 3 partes. 1.diagnóstico.2 como vai ser resolvido e 3. xxxxxxxx temos um problema a ser resolvido, a mobilidade, o número de mortes, etc. Como isso vai ser trabalhado nos próximos anos
97. Wagner Fajardo Pereira - acho que ficou embolado o que apresentar de manhã e à tarde. Deveríamos fazer um bloco só. Debatermos tudo do ponto de vista nacional tanto a lei da mobilidade como o Denatran, das organizações e entidades. Fechar o ponto de vista nacional . Que cada região prepare uma problematização, como cada região pensa e trata as questões. Podíamos trazer a tarde uma questão mais regional. Em SP, Rio e MG. Devemos problematizar e ver como a lei da Mobilidade pode ajudar, fazer os participantes pensarem a lei no contexto da sua região
98. Nazareno Stanislau Afonso -Acho que com relação a década e a violência o que a lei da mobilidade pode contribuir com isso, não uma apresentação como hj. Fazemos o link. Na tarde deve ter um título como a Lei da Mobilidade vai contribuir para a circulação. “Agora é Lei, como contribuir para que pedestres e bicicleta tenha prioridade. Devemos pensar num título. O cara já entra dizendo afirmativamente como pode fazer para aplicar a lei, melhorar a política.

99. Luis Carlos Bertolto - quem for falar deve não deixar o trânsito por último, jogar no meio. Temos que cuidar de não queimar uma política. Quais os desafios que temos para implantar os desafios. Devemos dividir em grandes, médias e pequenas cidades, mostrar que os pequenos não devem chegar aos problemas dos grandes.
100. Paulo Ruben Nascimento Cohen - nos temos aproximadamente 80 se tivermos como levar os pontos principais da lei. O que queremos com a lei. Só a cartilha em si ajuda, mas um vídeo Tb pode, que tenha uma possibilidade de ter um vídeo, isso iria nos ajudar muito.
101. Getúlio Vargas de Moura Júnior - produzir o vídeo com os resultados dos debates regionais. Existe condições do MC mandar sua equipe de comunicação e gravar os seminários. No sentido de que a construção da lei é uma obrigação de todo mundo. Será o primeiro material concreto, para ser usado depois,
102. Ricardo Caiado - concordo que um vídeo ajuda a transmitir mais que um texto, não sei se para o seminário . faço essa consulta.
103. Nelson Saule. Mais importante que gravar é transmitir. Tem transmissão online que custa barato .que se grave e transmita ao mesmo tempo.
104. Nazareno Stanislau Afonso - Houve uma proposta do Grafite de chamar o IPEA, o Alexandre, que é um dos diretores foi um dos principais articuladores pelo governo da lei. Talvez chamar Tb o IPEA
105. Daniel dos Santos fiquei preocupado com a apresentação de hj, a maior parte das vítimas tem de 9 a 14 anos, tem que pensar Tb uma cartilha pra criança. Outra preocupação com os moleques hj de 19 anos
106. Nazareno Stanislau Afonso - Fazermos uma cartilha com desenho para o movimento e outra para as escolas. Esta cartilha aqui, da NTU é para ser reproduzida como a cartilha do MDT Agora estamos transmitindo por e-mail.
107. Ricardo Caiado - Como fica definida a programação, pela manhã as apresentações do ministério e das regiões.
108. Getúlio Vargas de Moura Junior - que façamos um único painel à tarde, com no máximo 3 pessoas, e com direito da retórica. Uma cidade turística litorânea é diferente de uma cidade no centro. Na exposição da tarde um exemplo de cidade não convencional. Dois ou trs casos emblemáticos. Fazer o plano e não esperar a data limite.
109. Ernani. Como participo de vários fóruns sobre mobilidade, a gente pensa que pode trazer. Tem coisas auto aplicáveis na lei e que o movimento quando descobrir vai querer como conhecer a planilha de calculo da tarifa. Onde tem movimento estudantil e PSTU vão querer saber. A gente tem uma proposta de formato, não dá pra querer saber no que vai dar. A necessidade da cidade fazer o plano ao vai ser o mote, o necessário é que se debata a lei da mobilidade.
110. Nazareno Stanislau Afonso - estou tentando juntar as várias propostas, abertura, em seguida a lei da mobilidade mas no sentido de reduzir acidente, chamar o IPEA, á tarde chamar um representante regional e que sejam especialistas, com um tema, os desafios para que se priorizem o pedestre, bicicleta gestão democrática, propostas efetivas. No final a equipe organizadora faça um resumo. E seguindo a proposta do Getúlio gravar. Estou tentando ver uma forma de amarrar tudo. Só uma mesa e a equipe organizadora escreve uma folha sobre os pontos levantados. Todas as autoridades na abertura.

111. Ricardo Caiado - tornar um evento mais técnico e menos político fica mais produtivo.
112. Nazareno Stanislaw Afonso - resume a proposta final do programa. 1.Abertura (ato político) 2. Apresentação da Lei da Mobilidade por técnicos da SEMOB E IPEA, Debate. TARDE 3. Painel com participação de dois especialistas sobre os desafios na sua região de priorizar transporte publico, pedestre, bicicleta Debate 4 Apresentação de relatório do evento
113. Laerte. Pedes que enviemos a apresentação do Denatran e transurb e formato final do Progrma dos Seminários sobre a Lei da Mobilidade.
114. Índio – reclama a ausência da CBTU, que não apresentou seus projetos e que o presidente seja convocado a vir para debater os projetos. Reclama ainda que ficaram 33 dias em greve e não foram recebidos pela direção.
115. Ernani Fagundes – apresentação da TRENURB – recebemos uma correspondência da SEMON, para participar deste encontro do Comitê. Não cabe debate, uma vez que os projetos estão em andamento. Socializar com o CT um projeto que trata de mobilidade por si só. É uma linha que passa por novo Hamburgo, que nos idos dos anos 80 foi iniciado com recursos. Para esta construção fizeram todo o sistema viário ligando São Leopoldo a Novo Hamburgo. Os recursos não permitiram que fosse incluído a parte de bilhetagem.
116. Nazareno solicita informações sobre um dia sem meu carro, e divulga a Consulta Pública do Plano Setorial de Transporte e Mobilidade urbana para Mudança do Clima, que ocorrerá amanhã, .as 9h, na CNT.
117. Ricardo pede que se encontrem amanhã as 17:30h para sistematizarem a apresentação da 6ª.feira e que tragam as minutas das resoluções e que ele trará as resoluções anteriores solicitadas do descontingenciamento do FUNDEF
118. Mirce diz que fará parte do grupo de sistematização.
119. Isabel e Lucia Mendonça – para o dia sem meu carro estão trabalhando Lúcia e Cláudio em algumas frentes a primeira participação junto com o GDF das atividades, a segunda com o ministério da Saúde e Meio Ambiente, a terceira é sobre um vídeo produzido pela ONG Rua Viva e usá-lo para divulgar na TV (NBR). Estão agora fazendo consultas jurídicas. Isabel pergunta de tem algumas idéias.
120. Nazareno, pergunta se podem fazer uma parceria com o Rua Viva para convidarem os Municípios, para que o convite seja feito não apenas pela ONG e que o Ministério dê a sua credibilidade. Estão articulando com o movimento Nossa São Paulo para que mobilizem não só o público institucional. Solicita mais informações sobre o PAC cidades médias
121. Lucia estão confeccionando um mailing para mobilizar os municípios, em função da lei da mobilidade

ENCAMINHAMENTOS:

I Definição dos temas da Conversa com Gilberto – a audiência deve se realizar no mês setembro
1. Paralização das ações da Década da Redução de acidentes

2. contingenciamento dos Recursos do Funcef
3. Lei da Mobilidade
II. Identificar as resoluções anteriores que solicitam a participação da CBTU, TRENURB E DENATRAN, no Comitê Técnico e que trata dos recursos do FUNCEF

PAUTA PRELIMINAR DA PRÓXIMA REUNIÃO:

1. Avaliação e planejamento dos Seminário sobre a Lei da Mobilidade
2. apresentação dos projetos e ações da CBTU
Movimentação das ações para a Década da Redução de Acidentes
3. Informes
balanço das obras da Mobilidade